

# **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2022-2023**



## **CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN**

**Secretário de Agropecuária** – Camilo Bernardo Pastore

**Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação** – Miriam Pietrobon

**Secretária de Educação e Cultura** – Elisângela de Oliveira do Nascimento

**Secretária de Saúde** – Caroline Valverde Diniz Boechat

## **GRUPO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MATELÂNDIA**

**Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar** – Edson Novak de Oliveira

**Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná** – João Francisco Marcio

**Secretaria de Agropecuária** – Giovana Míriam Brückmann

**Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação** – Ires Obadowski Ledur e Miriam Pietrobon

**Secretaria de Educação e Cultura** – Anna Crystina Rodrigues Matte

**Secretaria de Saúde** – Simone Cristina Johann Kowalski

**Sindicato Rural** – Franciele Racolte Giasson

## **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**Gestão 2022 – 2023**

### **Representantes governamentais:**

#### **1. Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde**

Titular: Anna Crystina Rodrigues Matte

Suplente: Simone Cristina Johann Kowalski

#### **2. Secretaria Municipal de Agropecuária e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação**

Titular: Giovana Miriam Bruckmann

Suplente: Lucivani Lunardi Camargo

#### **3. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR**

Titular: João Francisco Marcio

Suplente: Allan Jurgen Isernhagen

### **Representantes da Sociedade civil:**

#### **1. Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia**

Titular: Franciele Racolte Giasson

Suplente: Jandir Pietrobon

#### **2. Associação dos Professores de Matelândia - APROMAT**

Titular: Clair de Melo Menoncin

Suplente: Tânia Janete Sernagiotto

#### **3. Associação dos Produtores Rurais e Empresariais de Matelândia - APREMAT**

Titular: Cleide Alves de Lara Krankel

Suplente: Roberto João Pelegrini

#### **4. Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar - COOPRAFA**

Titular: Edson Novak de Oliveira

Suplente: Erick João Goulart

#### **5. Cooperativa de Leite de Matelândia - COOPLEMATE**

Titular: Celso Antônio Tobaldini

Suplente: Valdecir Lunardi

#### **6. Rotary Clube e Associação Comercial e Empresarial de Matelândia - ACIMA**

Titular: Rosa Maria Ricaldi Iracet

Suplente: Gustavo Valcarenghi

**Endereço do COMSEA:** Rua Professora Lerides Pagnocelli de Lima, s/n – Jardim Tropical

**Fone/Fax:** 45 3262-8379

**E-mail:** [agricultura@matelandia.pr.gov.br](mailto:agricultura@matelandia.pr.gov.br)

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2022-2023 foi elaborado por um grupo de técnicos das secretarias municipais de Agropecuária, Desenvolvimento Social e Habitação, Educação e Cultura, Saúde, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, COOPRAFA - Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Sindicato Rural de Matelândia e representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional juntamente com a CAISAN a partir das deliberações da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de contribuir na efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano Municipal aponta os desafios vivenciados na execução das políticas públicas no município e consolidou no Plano Municipal 2022-2023, ações com viabilidade de cumprimento e procura por um lado avançar nas potencialidades e nos novos desafios relativos à SAN.

No município de Matelândia foi instituída a Lei Municipal nº. 3.072/2013 que estabelece a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e que cria a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA o qual iniciou suas ações pautadas no 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2019-2021. Este Plano é um instrumento de planejamento, gestão e execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

## 2. INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação adequada é um direito de todos os cidadãos, e é também obrigação do Estado – tanto em âmbito federal, estadual e municipal. O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger, promover e prover esse direito, que está no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (CF/1988, art. 6º).

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pela Lei Municipal nº. 3.072/2013, no artigo 4º apresenta as ações de abrangência:

I – A ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II – A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III – A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidade afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V – A produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI – A implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etnoculturais do Estado;

VII – A adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto à tolerância com maus hábitos alimentares, quanto à desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto à falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção, estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros.

O Plano Municipal, por sua vez, pressupõe:

1. Analisar a situação de segurança alimentar e nutricional do município de Matelândia;
2. Consolidar programas e ações relacionadas às diretrizes e indicar prioridades, metas, indicadores e requisitos orçamentários para a sua execução;
3. Manter integração entre as instituições governamentais e da sociedade civil para atender os grupos em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional;
4. Definir mecanismos de monitoramento e avaliação.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a constante expansão demográfica, a colonização italiana no Rio Grande do Sul, foi obrigada em face da escassez de terras naquele estado, a procurar novas regiões. Como existiam grandes áreas inexploradas do estado do Paraná, aqueles colonizadores empreenderam a tarefa de verificar as possibilidades da instalação de novas povoações em solo paranaense. Encontraram extensões de matas virgens, terras férteis e topografia plana. Não hesitaram em recrutar outras famílias para o empreendimento de desbravar regiões tão próprias para a agricultura.

Em 31 de junho de 1950, Benjamin Luiz Biazuz, originário do município de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, e mais as famílias de Francisco Donadel, Antônio Menoncim, Avelino Molon e Gentil Picolli, chegaram à região e fundaram um núcleo que não tardou em ser sede do distrito. Os trabalhos de colonização do patrimônio estavam a cargo de uma firma colonizadora dirigida por Miguel Matte, quando então, recebeu a denominação de Matelândia como forma de homenageá-lo.

O Município de Matelândia é um município localizado no Oeste Paranaense, às margens da rodovia federal BR 277. Possui uma área de 639,746 quilômetros quadrados. Destaque pelo fato de seu território conter 338,1 km<sup>2</sup> (51% do total) como parte do Parque Nacional do Iguaçu. Faz divisa com os municípios de Capanema, Serranópolis do Iguaçu, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul e Medianeira. A chegada dos pioneiros foi registrada em 31 de julho de 1950. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 é de 18.266 habitantes de população estimada e possui um IDH de 0,725 (IBGE, 2010) possui o 41º lugar em arrecadação do Paraná (IBGE, 2019). O município conta como base econômica o agronegócio, possuindo também várias pequenas empresas, que são suas principais fontes de emprego, dinamizando cada vez mais o perfil socioeconômico. A característica predominante é a área rural. Tal concentração é possível observar no mapa (IBGE, 2016). Em 2020, de acordo com o IBGE, o salário médio mensal era de 1,8 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 60,5% nesse mesmo período. O município também conta com 885 empresas ativas e 1.210 Microempreendedores Individuais - MEIs, conforme dados da Prefeitura Municipal até o final de agosto de 2022.



Para elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Matelândia é fundamental conhecer a realidade municipal e fazer uma análise considerando os aspectos relacionados à renda e condições de vida, o acesso à alimentação adequada e saudável, a produção e disponibilidade de alimentos, educação, saúde e nutrição.

## **Acesso à alimentação adequada, saudável e à água**

O acesso de toda a população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo a água, é um pressuposto básico para a segurança alimentar e nutricional. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é a garantia de que cada homem, mulher ou criança, quer vivam sozinhos ou em grupo, tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obter esses alimentos de forma permanente, sustentável e emancipatória. Esse direito está expresso no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (CF/1988, art. 6º). Compreendem responsabilidades por parte do estado e município, respeitando, protegendo e facilitando a ação de indivíduos e comunidades na busca da capacidade de alimentar-se de forma digna, colaborando para que todos possam ter uma vida saudável, ativa, participativa e de qualidade.

No município, o abastecimento de água canalizada, através de rede de distribuição atinge a quase totalidade da população 97%, compreendendo 4.924 domicílios particulares permanentes, de um total de 5.071 domicílios entre o meio urbano e rural (IBGE, 2010).

O município possui um programa de recuperação de nascentes desde 2011, onde já foram recuperadas 91 nascentes e poços rasos com recurso municipal, melhorando de maneira significativa a água consumida no meio rural, e que dependem dessas formas de abastecimento. Paralelo ao programa municipal, a **Cooperativa Agroindustrial Lar** possui um programa de recuperação de nascentes ativo desde 2018, e que até o presente momento já recuperou 82 nascentes no município.

### **3.1. AGRICULTURA**

Segundo o Diagnóstico Propositivo do Plano de Ações para o Desenvolvimento Local do Município de Matelândia/PR, realizado pela Paradoxo Consultoria, a base econômica de Matelândia é essencialmente rural. Apesar de contar com apenas 0,157% da população do Estado do Paraná, o município é responsável por 0,232% do Valor Agregado Bruto (VAB) da Indústria e 0,384% do VAB da Agropecuária estadual. Mas isto não é tudo. Como 51% da área do município é ocupada pelo Parque Nacional do Iguaçu, se tomarmos apenas a área líquida de parques do município e do Estado, a produtividade por área (VAB-Agr/Km<sup>2</sup>) de Matelândia é 2,49 vezes maior que a média estadual (PARADOXO CONSULTORIA, 2019).

De acordo com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, o município possui 1.561 propriedades rurais cadastradas, totalizando 4.465 habitantes residentes na zona rural no ano de 2021. Já em relação aos Cadastros de Produtores Rurais - CAD/PRO para emissão de notas, o mesmo órgão informa que existem 1.584 cadastros ativos, até agosto de 2022.

Elas contribuem com uma produção agrícola de 6.130 toneladas de milho, 4.000 toneladas de trigo e 12.400 toneladas de soja, segundo dados da safra 2021 (SEAB/DERAL, 2022).

No que se refere à agroindustrialização, possui estabelecimentos de grande porte, como o abatedouro de aves da Cooperativa Lar e dois laticínios, da Frimesa e da São Leopoldo Alimentos.

O abate de bovinos cresce e tende a aumentar nos próximos anos com a recente aprovação do projeto para o mercado estadual do Abatedouro Parada, que hoje abastece o mercado local e municípios no entorno. Esse mesmo estabelecimento poderá viabilizar além do abate de suínos

e bovinos, o abate e comercialização de ovinos no estado, atividade com grande potencial de ser explorado no município e região.

O setor de apicultura, desponta através da formalização de 2 agroindústrias de mel registradas no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIM/POA. Foi fomentado a criação de um grupo de apicultores, com a finalidade de formalização por meio de uma Associação de Apicultores, para a tecnificação dos produtores, legalização do mel e subprodutos e consequente ampliação do mercado consumidor, no entanto está em processo ainda de construção.

A **Secretaria de Agropecuária** possui inúmeros incentivos que influenciam direta e indiretamente na produção de alimentos, a saber:

- Terraplanagens para as atividades produtoras de proteína animal, como aviários de corte e postura, pocilgas, leiterias, áreas de alimentação de gado de corte, agroindústrias, habitação rural e demais atividades do setor de proteína animal;
- Parcerias com a ITAIPU BINACIONAL para recuperação de microbacias, proteção de solo e adubação orgânica;
- Parceria com o SENAR para realização de cursos de acordo com as necessidades dos agricultores (agrotóxicos, apicultura, operação e manutenção de drones, poda e manutenção de pomares, empreendedorismo rural, ovinocultura, entre outros);
- parceria com o SEBRAE e SENAC para capacitação de servidores municipais e agropecuaristas.

Dentre os projetos executados pela Prefeitura, encontra-se o **Programa Municipal para o Desenvolvimento das Agroindústrias Familiares** no Município de Matelândia – PROMAFA, criado através da Lei Municipal nº. 2.977/2013, que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico no meio rural, através de incentivos e ações voltadas às atividades de agricultura familiar, fomentar os empreendedores rurais familiares na agroindustrialização e nas atividades de turismo rural com a criação de um circuito das agroindústrias, como alternativa de complemento familiar, fortalecendo as atividades e promovendo o desenvolvimento rural sustentável com responsabilidade social e ambiental. Este programa ficou vigente de 2014 a 2019, e no momento encontra-se em processo de remodelamento, com a finalidade de atender às novas demandas das agroindústrias já implantadas ou em implantação localizadas na área rural e de propriedade privada.

As **Agroindústrias Familiares** aqui localizadas produzem, processam e distribuem alimentos de origem vegetal e/ou animal. Atualmente são 16 as agroindústrias regularizadas pela Vigilância Sanitária – VISA e pelo SIM/POA no município de Matelândia, sendo elas:

- Produtos Dani – Doces e geleias de frutas;
- Produtos Pertum – Melado de cana e rapadura;
- Produtos Delícias da Duda – Massas alimentícias, derivados de milho e mandioca descascada e congelada;
- Produtos Coloniais Beira Parque – Melado de cana e açúcar mascavo;
- Produtos Grevenhagen – Mandioca descascada congelada;
- Produtos Stanchak – Biscoitos e bolachas;
- Produtos São José – Massas alimentícias;
- Produtos Goccia D’Oro – Doces e geleias de frutas;
- Produtos Mesa Pronta – Panificação e derivados de milho;
- Recanto Xororó – Mel;

- Ateliê das Massas – Massas alimentícias;
- Mel Kolben – Mel;
- Produtos Coloniais Mazurana – Panificação e massas alimentícias;
- Produtos Mineirinho – Leite e derivados;
- Produtos Altamira – Beneficiamento de mandioca;
- Produtos da Rosa – Panificação.

A **Feira do Produtor** iniciou suas atividades ainda em meados dos anos 90, e paralisou suas atividades após a inauguração do Centro de Comercialização Portal Colonial em 2003. Retornou às atividades em 2013, pois havia a vontade dos agricultores e da população de se fazer a feira novamente. Foi regulamentada inicialmente através da Lei Municipal nº. 4.183/2018, que objetivou normatizar e oportunizar a todos os produtores rurais a participação na mesma, de forma a ampliar a quantidade de produtos comercializados, com sabor e qualidade característicos dos produtos artesanais. Devido a demandas dos feirantes a Feira do Produtor segue as diretrizes da lei municipal nº 4.850/2022. Atualmente, a Feira do produtor acontece duas vezes na semana, nas quartas e sábados na praça da prefeitura. Todas as atividades são coordenadas pela Comissão Organizadora da Feira do Produtor e possui hoje 13 produtores ativos.

O centro de comercialização, Portal Colonial continuou com as suas atividades, e sedia hoje a **Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar - COOPRAFA** que teve início em outubro de 2009, e foi oficializado em 25 de julho de 2010. A Cooperativa surgiu por iniciativa da diretoria da Associação de Produtores da Agricultura Familiar do Município de Matelândia – ASPRAMAT, com o objetivo de implantar atividades de cooperativismo com interação solidária entre seus associados. Contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Matelândia, do IDR-Paraná, da BIOLABORE, do Sindicato Rural, e da Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Céu Azul - APROCEU.

Desde sua fundação a COOPRAFA tem suas fontes de receitas principais advindas da comercialização de produtos *in natura* e da agroindústria familiar, realizados via Programas Institucionais como o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Compra Direta Paraná e Programa Alimenta Brasil e a venda a varejo em Matelândia/PR no espaço denominado Portal Colonial. Atualmente o quadro social da COOPRAFA é composto por 107 associados e 65% realizam atividades econômicas com a cooperativa.

No que diz respeito a produção a campo a COOPRAFA foi classificada nos editais 001/2017 e 001/2019 da SEAB/PR. Quanto à execução do edital 001/2017 foi investindo parte do projeto R\$ 165.000,00 em 11 estufas alocadas nas propriedades dos agricultores e R\$ 60.000,00 em insumos orgânicos (adubo, repelente, sementes e mudas) o que ajudou a ampliar a gama e quantidade de produtos ofertados. Para o Edital 001/2019 a COOPRAFA obteve o recurso de R\$419.905,00, que visou o investimento e custeio em toda a cadeia produtiva dos associados (produção) e da cooperativa (comercialização e distribuição).

No sentido das potencialidades existe a demanda para os Programas Institucionais tendo em vista a intenção do município em aumentar a porcentagem de alimentos entregues provenientes da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e da inclusão em Programas de municípios vizinhos (Serranópolis do Iguaçu) e para o Exército Brasileiro. O ponto comercial por sua vez desempenha o papel de comercialização dos produtos dos associados durante todo o ano, sendo uma possibilidade de renda para os agricultores associados.



O **Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR** no município de Matelândia tem suas ações voltadas à Assistência Técnica direta aos produtores nas áreas de Agroindústrias, Bovinocultura de Leite, Fruticultura, Olericultura e Organização Rural, auxiliando muitos dos agricultores familiares que entregam nos mercados institucionais.

Atua também como representante na execução de políticas públicas como Trator Solidário, que propicia a aquisição de tratores, colhedoras e implementos a preços inferiores ao de mercado; Programa Microbacias, que visa à conservação de solos e aumento da produção sustentável; Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf, que propicia aos agricultores linhas de crédito subsidiadas e participação nos mercados institucionais.

Além destas atividades atua também na elaboração de laudos de vistoria de estradas rurais, assessoria a entidades parceiras, parcerias nos trabalhos de conservação de nascentes e de conservação de solos e estradas rurais, assim como em cursos, excursões e outros eventos de capacitação.

O número médio de agricultores familiares atendidos anualmente no município é de 400, estes sendo atendidos pelo técnico local, assim como por técnicos de outros municípios.

A **ADAPAR - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná**, com atuação no município de Matelândia através da Unidade Local de Sanidade Agropecuária, tem por finalidade a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária, com responsabilidades compartilhadas entre as partes interessadas, em benefício da sociedade.

Os agricultores de Matelândia também são assistidos pela **Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná - ADEOP**, que realiza suas atividades por meio de ações de uma Engenheira Agrônoma. São 50 famílias cadastradas e destas, 25 são assessoradas mensalmente.

As atividades de assessoria da ADEOP são realizadas principalmente na homeopatia de vegetais, levando também aos produtores conhecimento básico sobre as espécies e cultivares adequados à microrregião.

No setor de agroindústria familiar, a ADEOP atua com técnicos com formação na área de Engenharia de Alimentos e de Medicina Veterinária, que realizam assessoria para 10 agroindústrias, e trabalham em parceria com os órgãos de fiscalização, como Vigilância Sanitária e Serviços de Inspeção Oficial.

O município de Matelândia conta ainda com dois sindicatos que auxiliam e representam os produtores rurais. O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** está apto a emitir documentos necessários aos agricultores, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, Cadastro Econômico do Agricultor Familiar – CAEPF, Certificado de Cadastro do Imposto Rural – CCIR, Imposto Territorial Rural – ITR, Cadastro Ambiental Rural – CAR, elaboração de contratos, assim como auxilia os produtores a terem acessos nos programas de Crédito Fundiário, Habitação Rural, encaminhamentos ao INSS, outorga, dispensa de Licença Ambiental, declaração de imposto de renda Pessoa Física, assistência jurídica, médica e odontológica, e é um colaborador do Banco do Brasil, para custeio e investimentos. O **Sindicato Rural Patronal** pode prestar os seguintes serviços aos associados: representação na Comissão de Conciliação Prévia, viabilizar o acesso do agricultores em cursos do SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural,

encaminhamentos ao INSS, gerenciamento de programas relacionados à saúde ocupacional dos agricultores, distribuição de adubo orgânico líquido, emissão dos documentos, a saber, CAR, DAP, CCIR, ADA - Ato Declaratório Ambiental, DITR - Declaração de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; DIRPF - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, consultas as certidões, elaboração de declarações, contratos, livro caixa da atividade rural e folha de pagamento e guias de encargos sociais para empregadores rurais.

### **3.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação** no Município de Matelândia se organiza em dois níveis de Proteção Social: Proteção Social Básica através do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e Proteção Social Especial junto ao Órgão Gestor. É responsável pelo Cadastro Único atendido através do CRAS e possui atualmente 2.252 famílias cadastradas com renda que varia de R\$ 0,00 a três salários-mínimos, destas, 274 famílias são beneficiadas com o Programa Auxílio Brasil (programa de transferência de renda), 01 família beneficiada pelo Programa Nossa Gente Paraná e 23 famílias beneficiadas pelo Programa Comida Boa, segundo dados do primeiro semestre de 2022. Atualmente cerca de 320 famílias recebem o benefício eventual.

A **Proteção Social Básica**, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (cofinanciado pelo Ministério da Cidadania e pelo município) se organiza e atua principalmente na prevenção de situações de fragilidade decorrentes da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e fragilização de vínculos afetivos. Atende principalmente às famílias em situação de vulnerabilidade social que apresentam desafios ligados à falta de moradia ou moradia precária, falta de saneamento básico, acesso à água de qualidade, alimentação insuficiente e inadequada.

O CRAS desenvolve atividades socioeducativas onde estão inseridas ações de segurança alimentar para gestantes, idosos, crianças e jovens cadastrados no SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendendo também famílias inseridas no Programa Nossa Gente Paraná.

São oferecidos vários serviços para as famílias em situação de vulnerabilidade social tais como, acompanhamento familiar, atividades comunitárias, campanhas educativas, defesa de direitos, cursos diversos, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário entre outras ações.

A **Proteção Social Especial** é um Serviço que se organiza no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e oferta serviços, programas, projetos de caráter especializado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Orienta e acompanha famílias com um ou mais membros em situação de violação de direitos por ocorrência de ameaça, violência física, psicológica ou negligência, violência sexual, afastamento do convívio familiar devido a aplicação de medidas socioeducativas ou medidas de proteção, situação de rua ou abandono entre outros.

### **ACESSO A SERVIÇOS**

O município possui em seu território:

- Um (01) Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
- Um (01) Programa de Proteção e Promoção à Família – PROFAM atendido através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação que atende aproximadamente;

- 203 crianças e adolescentes de 06 a 13 anos, em contraturno social na sede e 20 crianças na Vila Marquesita, oferecendo refeições diárias (café da manhã, almoço e lanche da tarde), atividades de recreação, oficinas de artes plásticas, artes marciais, de teatro e violão, de informática e educação física;
- 04 Clubes da terceira idade: Clube da Sede, Marquesita, Vila Esmeralda e Agro Cafeeira, contando com 250 idosos cadastrados e assistidos pela Secretaria em parceria com a Secretaria de Esportes.

## **BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELO MUNICÍPIO**

Conforme Lei N° 3.114/2014 que estabelece critérios de elegibilidade para a concessão dos benefícios relativos a programas de assistência social no âmbito do município de Matelândia. Os benefícios eventuais são uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integram organicamente as garantias do SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Referem-se à prestação de serviços assistenciais que visam à melhoria de qualidade de vida da população, incluindo-se:

### **Benefícios Eventuais:**

- Auxílio Natalidade: fornecimento de kits de enxoval de recém-nascido;
- Auxílio Funeral: custeio de despesas de funeral.

### **Benefícios Circunstanciais:**

- Fornecimento de cesta básicas;
- Fornecimento de materiais para construção, reformas e melhorias em residências;
- Fornecimento de material para construção de tampas de fossas;
- Fornecimento de leite *in natura* para crianças, idosos e para Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Fornecimento de alimentação especial (frutas, verduras e proteínas);
- Custeio de fotos 3x4 e taxas para a confecção de 1ª ou 2ª vias de documentos pessoais;
- Fornecimento de passagens rodoviárias;

### **Benefícios Emergenciais:**

Referem-se ao atendimento em caráter de emergência, das necessidades básicas para a sobrevivência. Considera-se usuário, para fins de concessão de benefícios de emergência:

I - O usuário que comprovar renda mensal per capita igual ou inferior a ½ (meio) salário-mínimo nacional, para benefícios eventuais;

II - O usuário que comprovar renda familiar igual ou inferior a 2 salários-mínimos nacionais vigentes, para benefícios circunstanciais e emergências.

### 3.3. EDUCAÇÃO

O Município possui em sua **Rede de Ensino** seis centros de educação infantil, sete escolas municipais, três colégios estaduais, três escolas privadas, sendo duas filantrópicas, um Centro de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e um Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA), dois cursos técnicos profissionalizantes subsequentes EAD, vinculados ao Instituto Federal do Paraná (IFPR).

A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** conta com uma nutricionista e 26 merendeiras distribuídas em 7 escolas, 6 centros municipais de educação infantil, 1 escola de Jovens e Adultos que preparam mais de 2.800 refeições diárias para 2.337 alunos da rede pública municipal.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) possui como objetivos contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta da alimentação escolar com refeições que atendam às necessidades nutricionais conforme a faixa etária, durante o período letivo, e de ações de educação alimentar e nutricional.

A elaboração dos cardápios é pautada em diretrizes que empregam a alimentação saudável e adequada, compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições locais, a vocação agrícola, e princípios de sustentabilidade, com preferência por produtos básicos, dando prioridade aos in natura ou semielaborados, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhora do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive nos casos de necessidades específicas.

Os alunos que necessitam de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica (como por exemplo: doença celíaca, intolerância à lactose, alergia à proteína do leite, diabetes mellitus, dentre outras) são atendidos com a oferta de alimentos adequados durante o período de permanência na Unidade Escolar. Conforme Lei nº 12.982, de 2014. O município adotou a política de fornecimento de fórmulas infantis para os alunos dos berçários, devido a melhor digestibilidade e menor índice de reações alérgicas, pois os primeiros anos de vida são caracterizados por serem uma fase de intenso crescimento e desenvolvimento, e, por esse motivo, representam um período de grande importância para toda a vida.

A Secretária de Educação e Cultura acredita que o cuidado com a nutrição na infância é essencial para que as crianças atinjam seu máximo potencial e se desenvolvam com saúde. Portanto, é realizado o controle administrativo para a aquisição e a distribuição dos alimentos, visando garantir a entrega de produtos com qualidade às Unidades Escolares. O fornecimento dos gêneros alimentícios não perecíveis acontece mensalmente, enquanto os perecíveis são entregues uma ou duas vezes por semana, com o intuito de ofertar alimentos frescos conforme a sazonalidade. Para o monitoramento do PNAE são realizadas supervisões mensais às Unidades de Ensino, e integração com o Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

As merendeiras são capacitadas anualmente com cursos de boas práticas na manipulação de alimentos, receitas com aproveitamento integral dos alimentos, recebimento adequado dos gêneros alimentícios, dentre outros assuntos pertinentes ao bom andamento das atividades.

As Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como palestras, feiras, Dia Mundial da Alimentação, jornada de EAN, dentre outras, fazem parte do currículo escolar e são desenvolvidas constantemente pela nutricionista, comunidade escolar, estagiárias de nutrição e

demais profissionais afins, com o objetivo de estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis, promovendo a consciência ecológica e ambiental.

A divisão de Alimentação Escolar busca participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implantar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de nutrição e alimentação.

O Programa Leite das Crianças é coordenado pelas Escolas Estaduais do Município e beneficia atualmente 140 famílias que retiram 2 x por semana 1 litro de leite.

### **Compra da Agricultura Familiar**

A última prestação de contas referente a 2021 demonstrou que o município gastou na modalidade inexigibilidade com agricultura familiar um total de R\$186.721,86 o que representa 62,97% do recurso do PNAE Municipal repassado pelo FNDE, ultrapassando os 30% mínimos exigidos por lei, sendo a meta atual para 2022 a utilização de 100% do recurso federal com agricultores familiares.

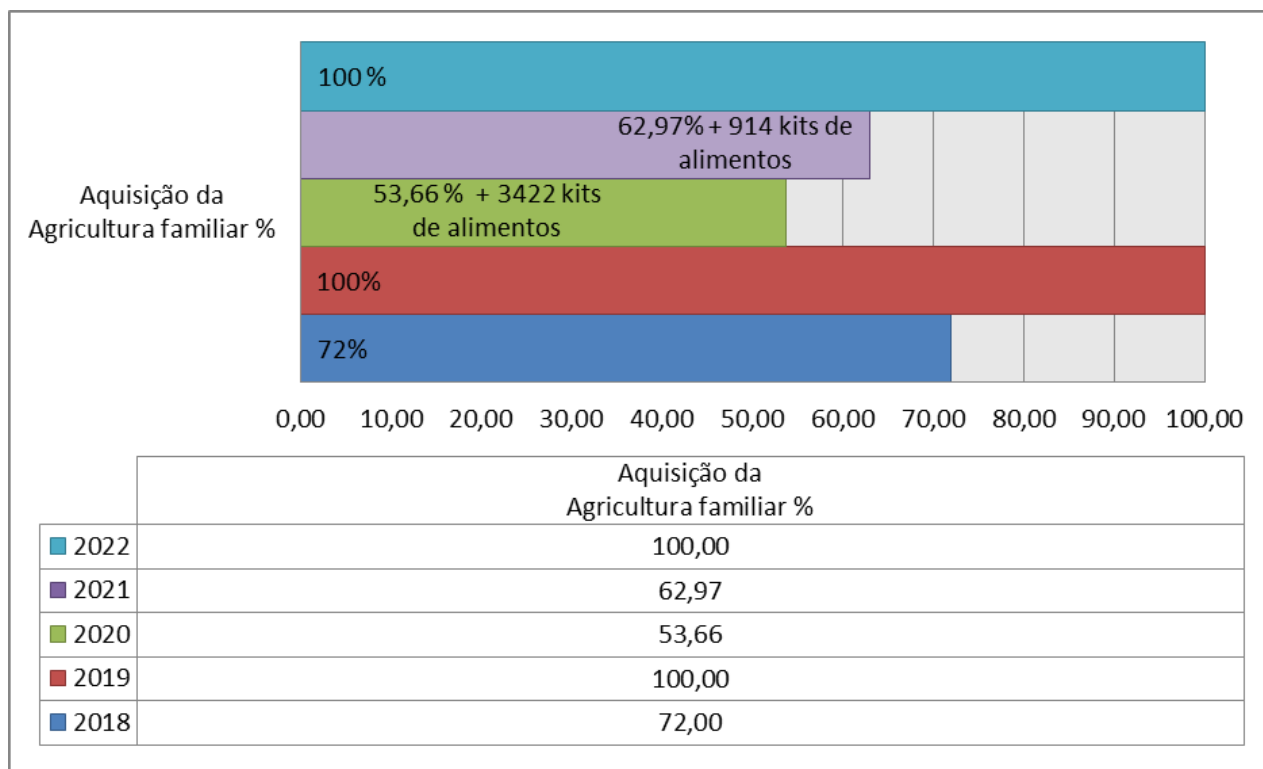
Importante ressaltar que durante a pandemia por COVID-19, a divisão de alimentação escolar, a partir da aprovação da Lei n. 13.987/2020 que autorizou, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Foram distribuídos 3492 kits de alimentos às famílias com caráter de vulnerabilidade social e as demais que procuraram a Secretaria de Educação para solicitar o benefício. Na composição dos kits de alimentos, foram mantidas as diretrizes do programa, priorizando alimentos da agricultura familiar e a inclusão de alimentos da cesta básica para auxiliar na alimentação dos alunos que permaneceram sem a merenda escolar.

Os produtos da agricultura familiar são adquiridos e entregues através de produtores individuais e Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar de Matelândia (COOPRAFA). A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial na Lei Federal 11.947 de junho de 2009, que determina a compra de no mínimo 30% do valor repassado devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. A partir de então o município passou a realizar chamada pública para a compra destes produtos. O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável e estimular a agricultura familiar.

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalecem as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional.

O gráfico a seguir apresenta o histórico de compras da agricultura familiar dos últimos 5 anos, considerando que em 2020 e 2021 foram distribuídos os kits de alimentos, em decorrência da pandemia COVID-19.

GRÁFICO 1 – HISTÓRICO DE COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR – 2018 A 2022.



### Monitoramento nutricional

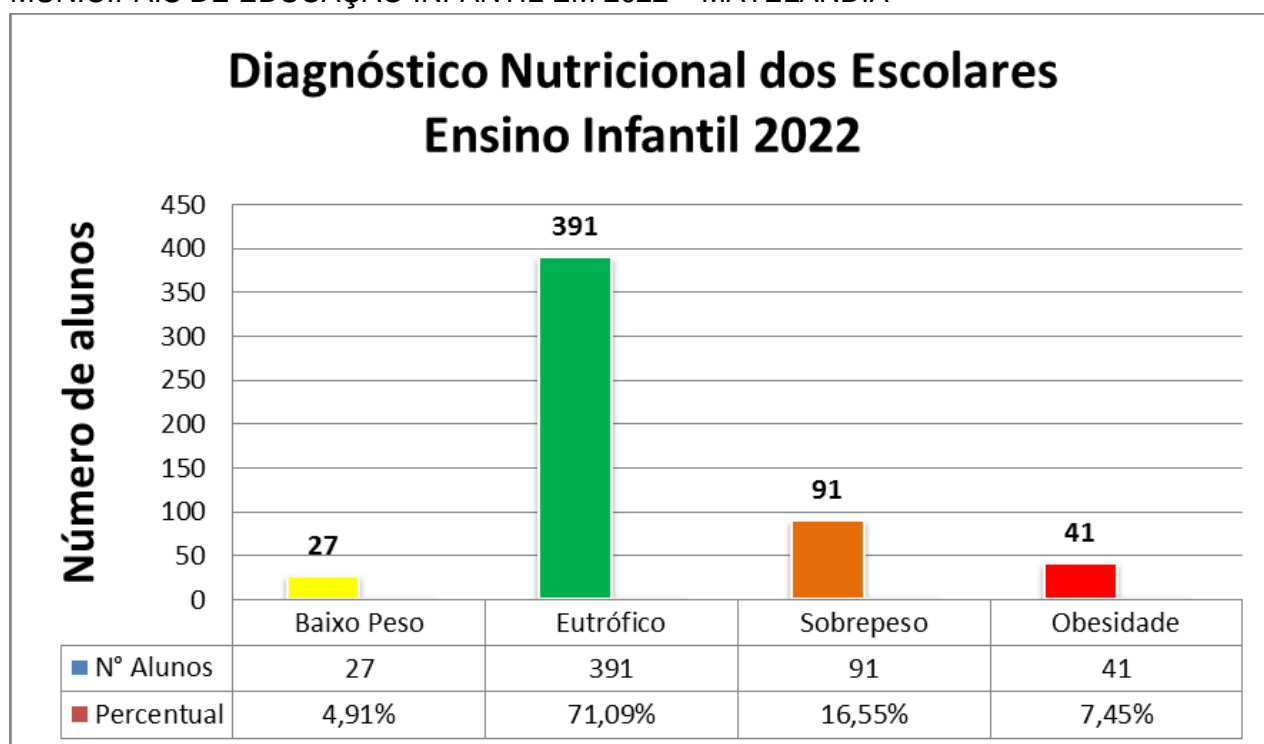
O monitoramento nutricional dos escolares faz parte de um dos eixos prioritários da Promoção da Alimentação Saudável, prevista na Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, e artigo 3º da Resolução n.465 de 23 de agosto de 2010 do Conselho Federal de Nutricionistas, que visa, além de monitoramento e ações de educação alimentar e nutricional, estímulo à produção de hortas escolares, incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, implantação de boas práticas de manipulação de alimentos e restrição ao comércio e promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal. Esse monitoramento é importante para todas as faixas de idade, consistindo no eixo central das ações de saúde voltadas para a fase da infância e da adolescência. Sua importância nestes períodos de vida advém do acompanhamento do processo de crescimento, atentando precocemente para possíveis agravos à saúde e riscos de morbimortalidade, especialmente com a crescente prevalência de sobrepeso/obesidade no Brasil e no mundo.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Alimentação Escolar, em parceria com a Secretaria de Saúde, através do Programa Saúde na Escola, realiza o monitoramento nutricional, com avaliação anual, dos escolares matriculados na Rede Municipal de Ensino, através do método de avaliação antropométrica IMC por idade.

A partir dos dados antropométricos (peso e altura), realiza-se o diagnóstico nutricional e são estipuladas estratégias para o planejamento das políticas na área de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente na alimentação escolar. O objetivo do monitoramento do estado nutricional dos alunos é obter informações sobre o estado de saúde, incidência de situações especiais para subsidiar o planejamento e execução de ações de educação alimentar e nutricional para promoção da alimentação saudável e controle de doenças crônicas não transmissíveis como por exemplo: obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras, ações essas

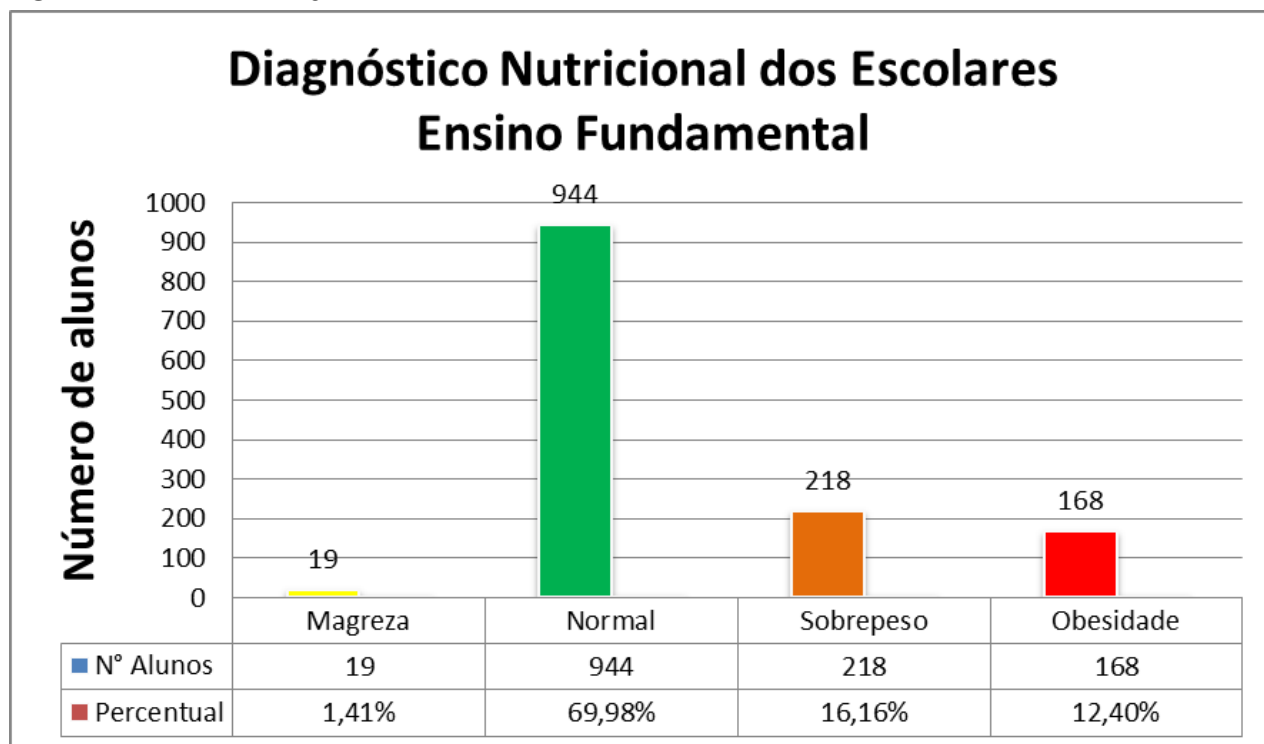
desenvolvidas com toda a comunidade escolar e demais atores envolvidos, para melhorar o perfil nutricional dos alunos. Os dados encontrados estão expressos nos gráficos a seguir:

GRÁFICO 2 - ESTADO NUTRICIONAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2022 – MATELÂNDIA



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2022.

GRÁFICO 3 – ESTADO NUTRICIONAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2022 – MATELÂNDIA.

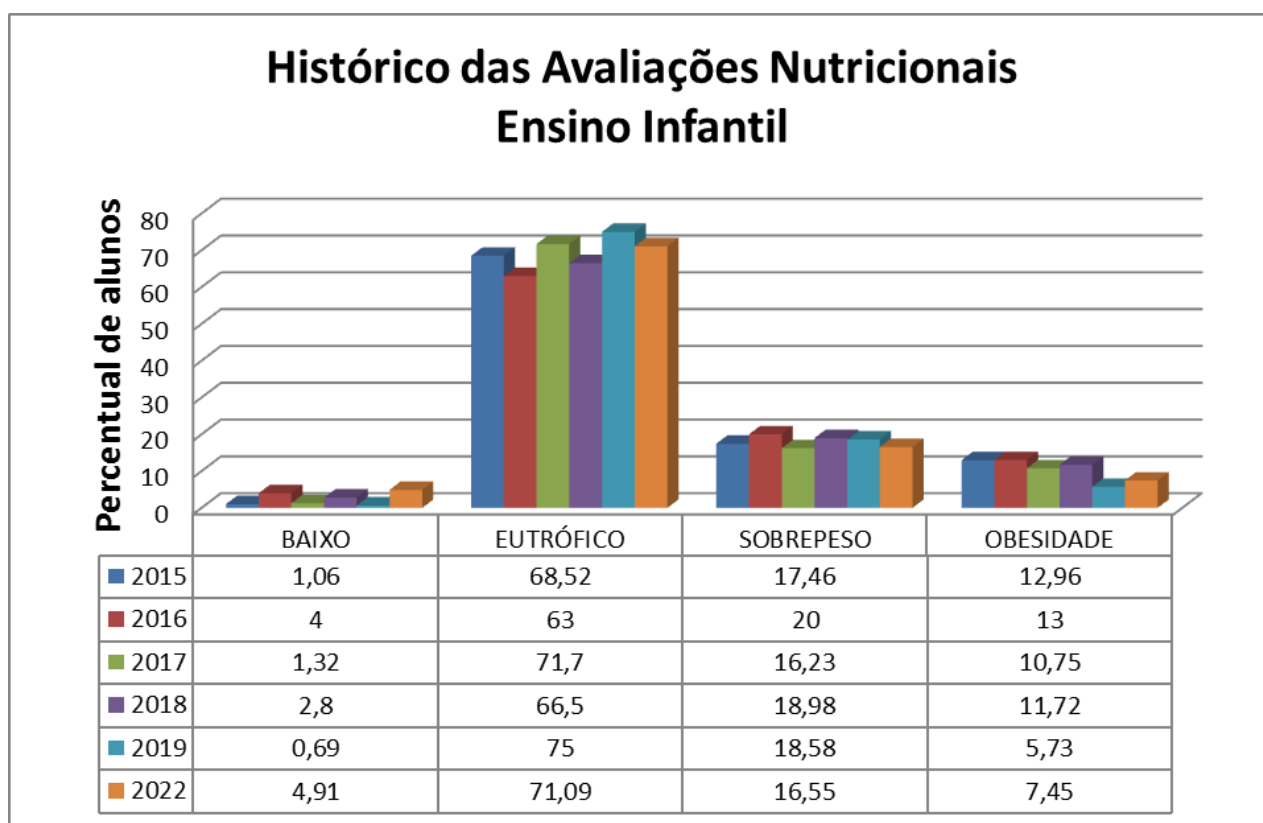


Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2022.

## Importância da avaliação nutricional após a pandemia

A avaliação nutricional é uma ferramenta utilizada para o monitoramento do estado nutricional. Com base na tabela abaixo podemos identificar uma alteração desfavorável no perfil nutricional dos escolares, com aumento de baixo peso e obesidade infantil, esse cenário se repetiu em outras cidades do estado como apontaram os estudos do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE - PR), reforçando como a alimentação escolar é importante na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, e como ferramenta de controle no estado nutricional dos alunos atendidos pelo PNAE. Considerando que a obesidade infantil está associada a maior chance de morte prematura, manutenção da obesidade e incapacidade na idade adulta, crianças obesas apresentam 75% mais chance de se tornarem adolescentes com obesidade. Os anos de 2020 e 2021 ficaram ausentes de avaliação, pois os alunos estavam em atividades remotas, em decorrência do isolamento social em virtude da pandemia.

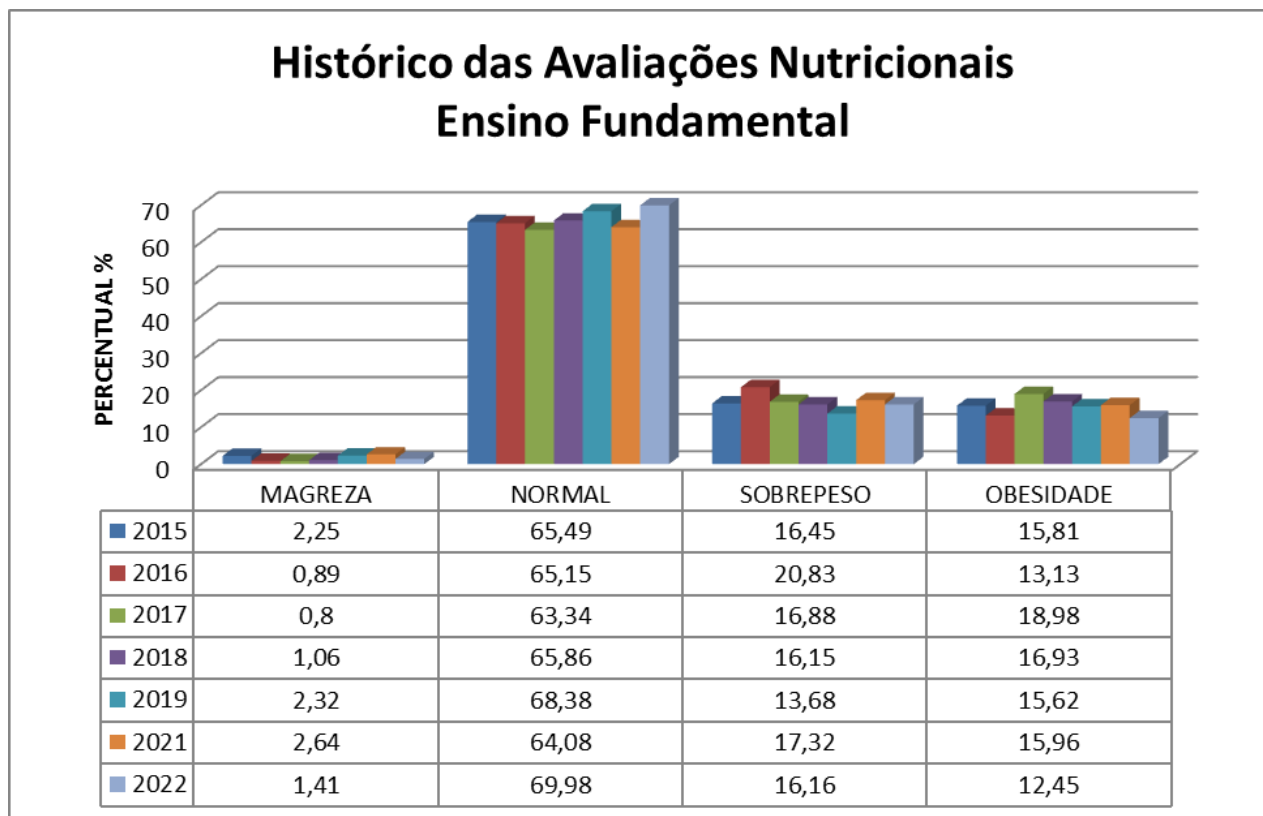
GRAFICO 4 – HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES NUTRICIONAIS NO ENSINO INFANTIL – 2015 A 2022, MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR.



Nos alunos do Ensino Fundamental, a evolução foi positiva comparando os anos de 2021 a 2022 com diminuição de magreza e obesidade, e aumento da eutrofia, como apresentado no gráfico a seguir. Sendo que eles permaneceram um tempo menor em isolamento comparado aos alunos dos centros municipais de educação infantil, o que reforça a teoria de que a alimentação escolar e atividades de educação alimentar e nutricional no currículo escolar são estratégias importantes no controle da saúde e estado nutricional dos alunos.



GRÁFICO 5 – HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES NUTRICIONAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL – 2015 A 2022 – MATELÂNDIA – PR.



### 3.4. SAÚDE E NUTRIÇÃO

Matelândia possui atualmente em sua rede de atenção básica 06 Unidades Básicas de Saúde (UBS), e 02 extensões que se localizam uma na Vila Marquesita e outra na Vila Esmeralda, e é composta por 06 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), representando uma cobertura populacional pela atenção básica de 100% (2022). Apresenta um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que apoia as equipes de ESF em ações com a comunidade, conta ainda com um 01 Centro de Atenção Psicossocial – CAPS que atua com foco nos transtornos mentais e dependências químicas, álcool e outras drogas, 01 Centro de Atendimento Terapêutico Integrado de Matelândia (CATIM), onde são realizadas atividades de hidroginástica à população, 01 Hospital e Maternidade Municipal, e um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A Secretaria Municipal de Saúde possui ainda o Departamento de Vigilância Sanitária e Promoção à Saúde que é composto pela Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental, Saúde do Trabalhador e Promoção à Saúde. A Vigilância em Saúde é entendida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, que visa ao planejamento e à implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

A análise permanente da situação de saúde da população para a organização e a execução de práticas mais adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes, deve estar inserida no cotidiano das equipes de Atenção Básica (AB). A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) é parte da vigilância em saúde e foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei nº

8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 6º. A identificação da situação alimentar e nutricional configura-se como importante instrumento para o monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, na medida em que a análise de indicadores de saúde e nutrição expressa as múltiplas dimensões da (in)segurança alimentar e nutricional (Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica, 2015).

A Vigilância Alimentar e Nutricional subsidia ações e informa os dados antropométricos e de consumo alimentar dos usuários das Unidades de Saúde. No município, envolve a avaliação, diagnóstico e monitoramento do estado nutricional dos usuários (alunos da Rede Municipal de Ensino, crianças que recebem leite do Programa Estadual Leite das Crianças, beneficiários do Programa Auxílio Brasil, indivíduos de todas as faixas etárias acompanhados nas Unidades de Saúde). Os dados são registrados em sistema próprio do município, no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, e durante o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil, e encaminhados automaticamente ao Ministério da Saúde. A partir da vigilância alimentar e nutricional, podem ser planejadas ações para melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional da população municipal.

O SISVAN recomenda a classificação do estado nutricional pelo Índice de Massa Corporal – IMC proposto pela Organização Mundial da Saúde.

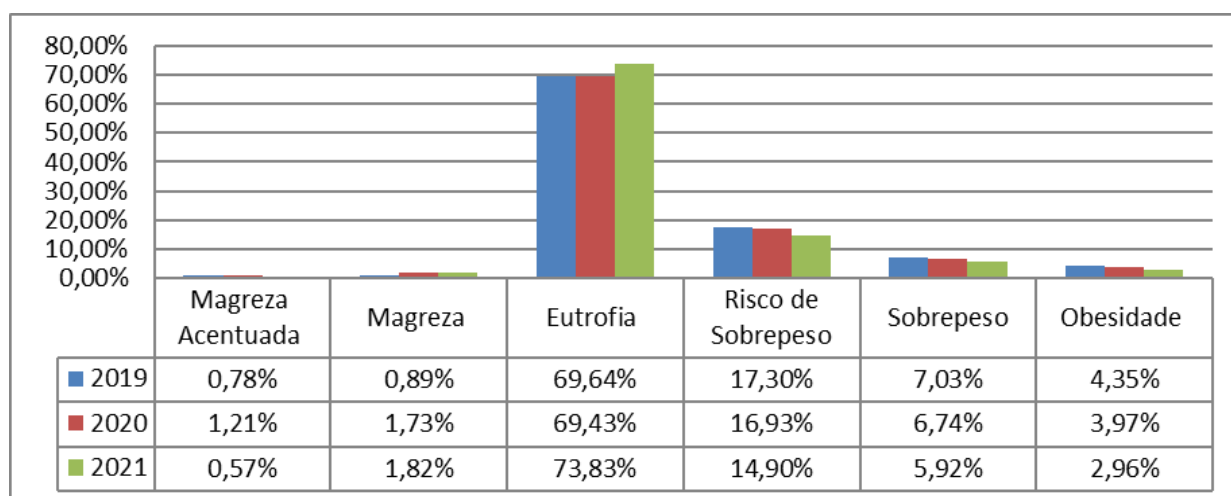
Assim como no cenário nacional, o município nota a crescente transição nutricional, que está associada às transições demográfica, epidemiológica e alimentar. Ela se caracteriza por mudanças importantes nos hábitos alimentares da população nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito à diminuição do consumo de alimentos tradicionais da dieta (como arroz e feijão) e ao aumento do consumo de alimentos ultra processados, como refrigerantes, bebidas açucaradas, macarrão instantâneo, biscoitos recheados, entre outros.

A avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes compõem a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Ministério da Saúde.

Dados do SISVAN de acordo com avaliação do estado nutricional da população atendida na Atenção Primária à Saúde municipal nos anos de 2019, 2020 e 2021, demonstraram pouca variação no estado nutricional dos indivíduos avaliados nas diferentes faixas etárias, porém, pode-se observar uma pequena diminuição do sobrepeso e obesidade na faixa etária de crianças de 0 a 5 anos e leve aumento da magreza, assim também na faixa etária dos adolescentes. Já para a população adulta e idosa, as porcentagens de acordo com a classificação do Índice de Massa Corporal (IMC) para esse público praticamente não houve mudança significativa entre os 3 anos exemplificados nos gráficos abaixo demonstrados.

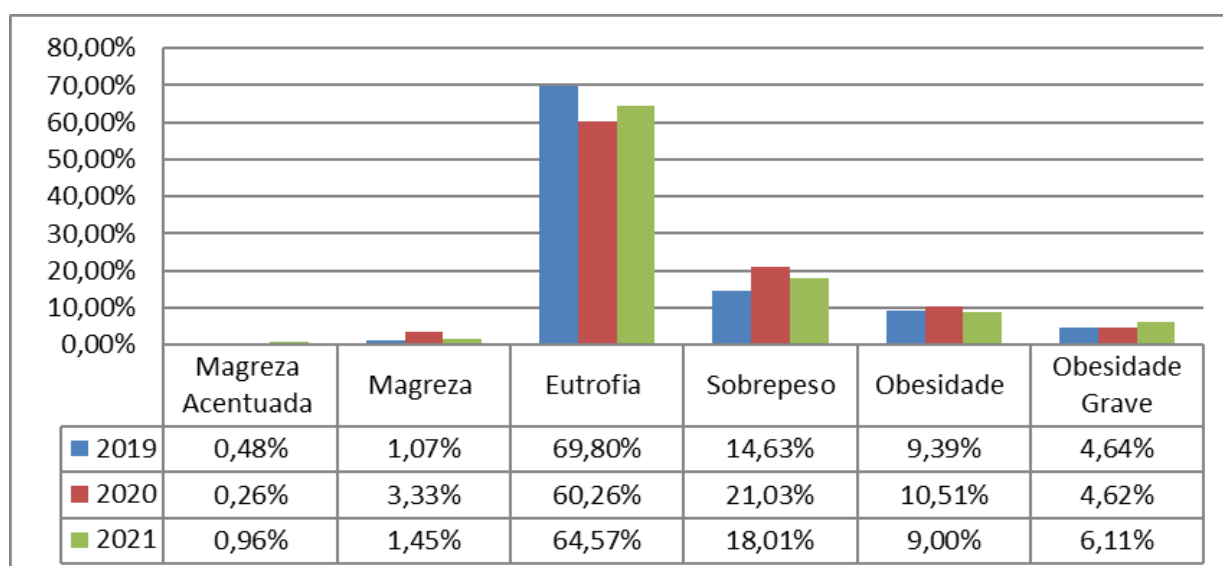
A avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população é uma ferramenta de extrema importância para promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis em todas as fases da vida. A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), é uma estratégia com potencial de produzir um conjunto de indicadores de saúde e nutrição para posteriormente formulação de ações locais de atenção nutricional.

GRÁFICO 6 – ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DAS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS ACOMPANHADAS NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR.



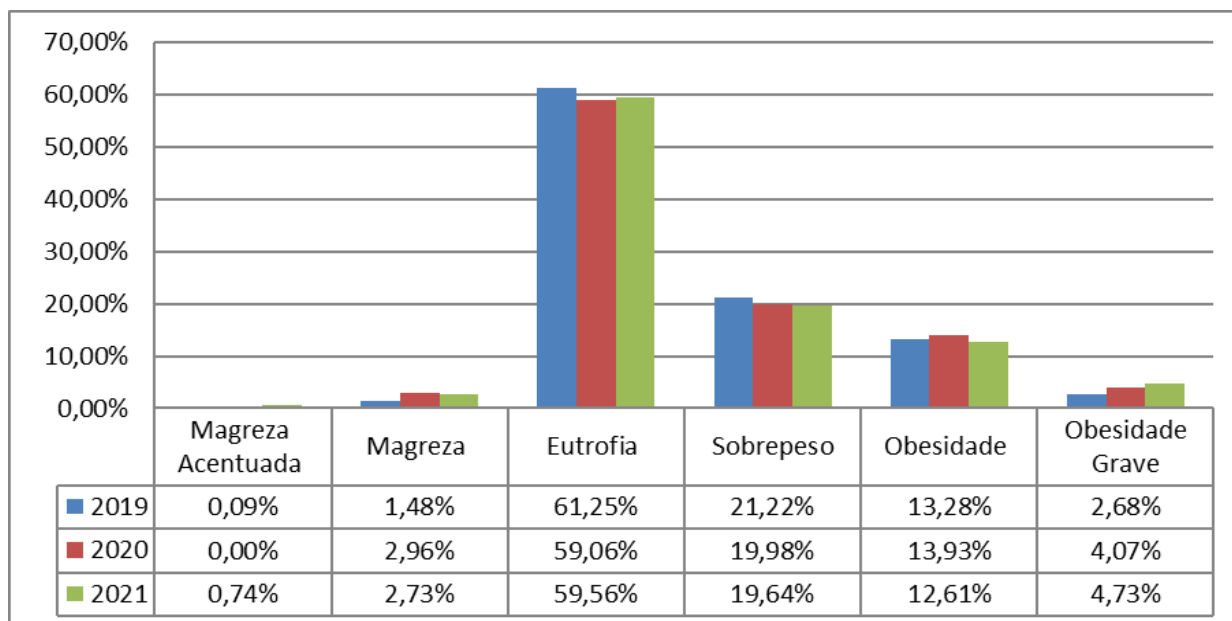
FONTE: SISVAN (2022)

GRÁFICO 7 – ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DAS CRIANÇAS DE 5 A 10 ANOS ACOMPANHADAS NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR.



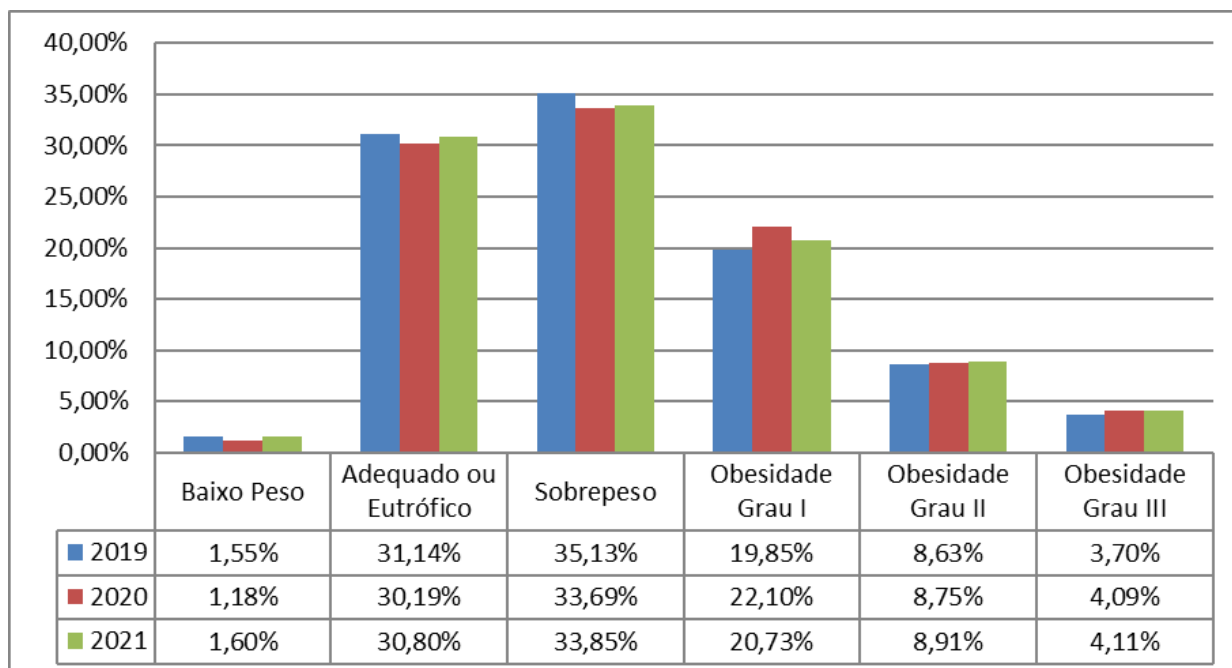
FONTE: SISVAN (2022)

GRÁFICO 8 – ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DOS ADOLESCENTES ACOMPANHADOS NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR.



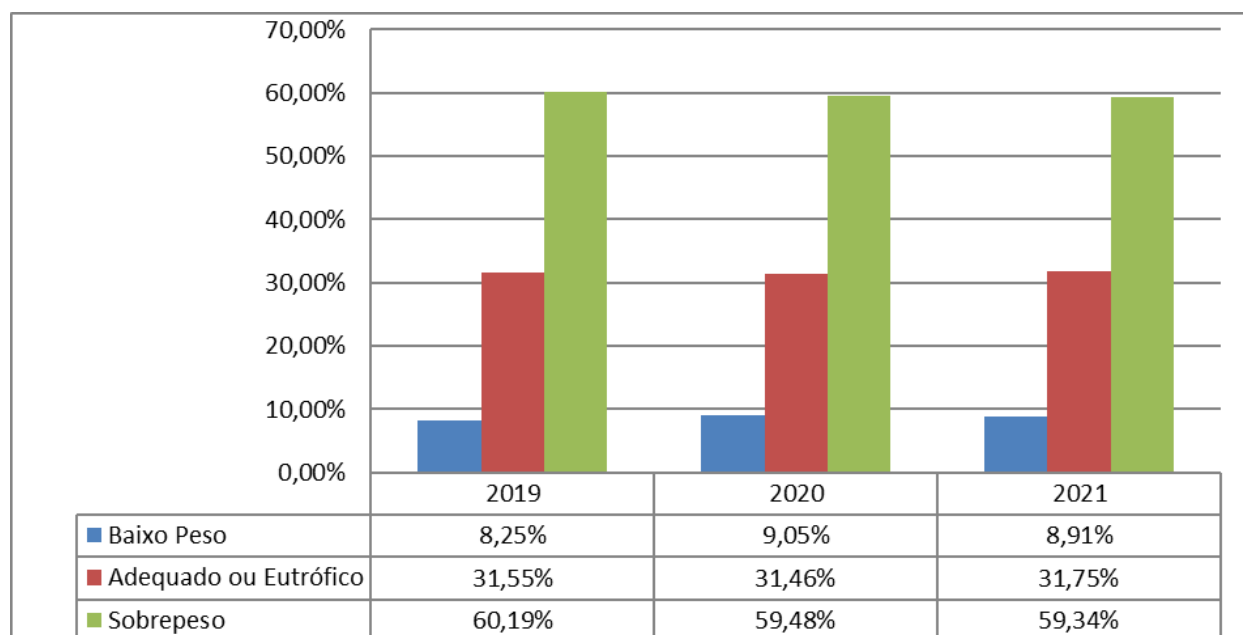
FONTE: SISVAN (2022)

GRÁFICO 9 – ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DOS ADULTOS ACOMPANHADOS NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR.



FONTE: SISVAN (2022)

GRÁFICO 10 – ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DOS IDOSOS ACOMPANHADOS NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR.



FONTE: SISVAN (2022)

## ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Considerando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a área de alimentação e nutrição desenvolve suas atividades em conjunto com as ações que estão sendo implementadas para o fortalecimento da Atenção Básica, buscando melhoria das condições nutricionais da população, contribuindo para o enfrentamento da atual situação epidemiológica do país.

### HIPERTENSÃO – Atenção às doenças crônicas

A hipertensão arterial e o diabetes mellitus constituem os principais fatores de risco para as doenças do aparelho circulatório. O acompanhamento e o controle da hipertensão arterial e do diabetes mellitus no âmbito da atenção básica poderá evitar o surgimento e a progressão das complicações, reduzindo o número de internações hospitalares, bem como a mortalidade devido a esses agravos. Seguindo o plano do Ministério da Saúde é que as Unidades Básicas de Saúde do município vêm atuando efetivamente nos grupos de hipertensos e diabéticos. A partir de 2011 o município aderiu ao APSUS – Oficinas de Planificação da Atenção Primária em Saúde onde os profissionais da secretaria de saúde participaram e em 2015 os protocolos foram implantados, desde então sendo atualizados anualmente e gradativamente ampliando suas áreas de atuação, inclusive dentro dos indicadores do Programa Previne Brasil.

### Núcleo de apoio a Saúde da Família – NASF

O Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF é uma estratégia criada pelo Ministério da Saúde (através da Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008), tem como objetivo ampliar a capacidade de resposta aos problemas de saúde da população na atenção básica, através do apoio de diferentes profissionais, constituindo assim redes de atenção à saúde que busquem a integralidade do cuidado. Atualmente o município de Matelândia possui uma equipe de NASF modalidade 1, totalizando 200 horas de atendimento dos seguintes profissionais: Nutricionista, Assistente Social, Psicólogo e Farmacêutico.

Tem por responsabilidade ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade, apoiando a inserção da estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da atenção básica. Desta maneira, o NASF não se constitui porta de entrada do sistema para os usuários. Realiza ações interdisciplinares e intersetoriais, educação permanente em saúde dos profissionais e da população, desenvolve ações de integralidade, noção de território, participação social, educação popular, promoção da saúde e humanização.

O NASF deve estar comprometido com a promoção de mudanças na atuação dos profissionais envolvidos no cuidado, visando a percepção do paciente como um ser além da doença existente, promovendo ações de promoção à saúde, reabilitação, prevenção, sempre com o enfoque de inserir a família nesse processo. No município o NASF atua dando apoio às ESF, em grupos terapêuticos como, grupos de hipertensos e diabéticos, gestantes, incentivo ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável, enfrentamento do sobrepeso e obesidade, atividades diversas nas rodas de conversa em saúde, de acordo com a formação de cada profissional.

### **Rodas de Conversa em Saúde**

O projeto “Rodas de Conversas” iniciou no segundo semestre de 2006 quando um grupo de mulheres lideradas por uma Agente Comunitária de Saúde – ACS, Marlene, decidiram reunir-se semanalmente para compartilhar saberes e vivências diárias, além de repassar os próprios conhecimentos.

Os encontros aconteciam na residência das participantes, onde também começaram a fazer trabalhos manuais diversificados. Percebendo o interesse de outras mulheres, que, inclusive, se deslocavam de outros bairros para participar, formaram-se mais dois grupos em territórios das outras duas ESF’s dentro da cidade. No final de 2006, foi criado um grupo no distrito de Agro Cafeeira.

As Rodas de Conversa passaram a ser acompanhadas pela Psicóloga, que juntamente com as ACSs levavam informações com temas e profissionais diversificados, de acordo com a necessidade do grupo. Além do artesanato, começaram a fazer dinâmicas, palestras, jogo de bingo, aula de alongamento, música e até hidroginástica na casa de uma residente.

O projeto foi ganhando maiores dimensões tanto em relação ao número de participantes quanto aos profissionais envolvidos. A partir de 2012, o projeto nas Rodas segue voltado para a prevenção, promoção de saúde, convivência na comunidade e aproximação da população com os profissionais de saúde, sendo de responsabilidade das Equipes de Saúde da Família, com apoio do NASF. Com o passar dos anos as rodas de conversa em saúde vem se fortalecendo e no momento o município encontra-se com 6 rodas de conversa, uma em cada ESF.

### **Programa Saúde na Escola**

O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral. O Programa Saúde na Escola trazia 12 ações a serem trabalhadas no ambiente escolar, e após o início da pandemia da COVID-19 conta com mais uma ação, a de prevenção à COVID-19 nas escolas, totalizando 13 ações neste ciclo. No momento o município conta com 09 escolas e 06 centros municipais de educação infantil (CMEIs), pactuados no ciclo 2021-2022, sendo que as 13 ações do PSE, são planejadas em conjunto pelas equipes de saúde e da escola, e anualmente é feito

avaliação antropométrica em todas as crianças das escolas pactuadas, bem como educação alimentar e nutricional com esses educandos, buscando promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil.

### **Academia de Saúde**

Os polos da Academia de Saúde são espaços físicos dotados de equipamentos, estrutura e profissional qualificado, com o objetivo de contribuir com esse intuito, produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. O município de Matelândia conta com um Pólo da Academia da Saúde, com 2 profissionais cadastrados, um profissional de educação física e um nutricionista. No polo são realizados grupos terapêuticos, ações de educação alimentar e nutricional, e práticas corporais, coordenadas pelos profissionais cadastrados, atingindo diferentes faixas etárias.

### **Centro de Atendimento Terapêutico Integrado de Matelândia - CATIM**

O Centro de Atendimento Terapêutico é um espaço que foi construído para atender a população com aulas de hidroginástica, e contará com sala especial de fisioterapia, proporcionando aos munícipes melhor qualidade de vida. Foi inaugurado no mês de outubro de 2021. As aulas de hidroginástica atendem no ano de 2022 vários grupos de indivíduos, dentre eles, pessoas com obesidade e comorbidades associadas. A hidroginástica é uma modalidade de exercício físico no meio aquático, bastante utilizada em programas de controle de peso corporal. A principal vantagem de realizar os movimentos na água é a menor sobrecarga articular, desta forma beneficia a população com obesidade atendida pelo município, melhorando seu estado nutricional e conseqüentemente a melhora de seus problemas de saúde.

### **Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - PROTEJA**

A Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), foi instituída pela Portaria GM/MS nº 1.862, de 10 de agosto de 2021, e é uma iniciativa da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (CGAN/ DEPROS/SAPS/MS) que tem como objetivo deter o avanço da obesidade infantil e contribuir para a melhoria da saúde e da nutrição das crianças brasileiras. Esta Estratégia é intersetorial entre gestores, profissionais de saúde, sociedade civil e parceiros para que possa reconhecer a obesidade infantil como um problema prioritário de saúde pública e compartilhar a responsabilidade na implementação de medidas efetivas na prevenção e atenção à obesidade infantil no país. O PROTEJA contempla um conjunto de ações essenciais e complementares que, reunidas e implementadas, em nível municipal, podem apoiar a reversão do cenário de obesidade infantil no país.

### **Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil - EAAB**

A Estratégia é Nacional, e tem como objetivo a Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no âmbito do SUS. Visa a qualificação dos profissionais da Atenção Básica para intensificar as ações de apoio, proteção, promoção e incentivo ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável às crianças de 0 a 24 meses de idade. Espera-se, com essa estratégia, aumentar a prevalência do aleitamento materno e melhorar os indicadores de alimentação e nutrição em crianças menores de 2 anos e, portanto, diminuir a prevalência de desnutrição, de carências nutricionais e de obesidade em crianças e, conseqüentemente, nos futuros adultos.

## **Programa de Micronutrientes**

As deficiências de micronutrientes, especialmente a anemia por deficiência de ferro, são importantes problemas de saúde pública. Esses agravos nutricionais são resultados de uma complexa rede de fatores determinantes, que incluem, no âmbito da alimentação e nutrição, a insegurança alimentar, a ingestão inadequada e/ou insuficiente de alimentos *in natura* e minimamente processados, a baixa qualidade nutricional da alimentação e a biodisponibilidade de micronutrientes. Embora as deficiências de micronutrientes possam ocorrer ao longo da vida, gestantes e crianças menores de 2 anos estão entre os grupos mais suscetíveis e podem ter repercussões em sua saúde e nutrição. A anemia materna está associada ao maior risco de perda sanguínea durante o parto, à hemorragia pós-parto e à mortalidade materna, além de aumentar o risco de nascimento prematuro e baixo peso ao nascer. Entre as crianças, a anemia impacta negativamente o desenvolvimento cognitivo e motor e casos graves aumentam o risco de mortalidade infantil. O município disponibiliza o suplemento de ferro às crianças e de ácido fólico e ferro às gestantes, sendo monitorado mensalmente a quantidade distribuída a este público e os dados são alimentados no sistema informatizado do SUS (E-Gestor AB).



#### **4. RESULTADO DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Matelândia ocorreu na data de 14 de junho de 2019, nas dependências da Câmara de Vereadores com a participação de 72 delegados, todos com direito a voto e devidamente credenciados. Os participantes foram divididos em três grupos para que fossem apontadas as propostas da conferência municipal, de acordo com os eixos pré-determinados anteriormente pela coordenação regional. As propostas aprovadas por eixo seguem a seguir:

##### **Eixo 1: Alimentação como princípio de existir**

- Conscientização por parte das autoridades municipais da necessidade de mais profissionais técnicos nas áreas de assistência técnica, orientação e fiscalização.
- Inserir aulas de educação nutricional para conscientização e aprendizado por parte dos alunos a consumirem alimentos saudáveis e de qualidade.
- Buscar recursos e parcerias por parte das secretarias municipais a fim de incentivar a produção de alimentos saudáveis.
- Incentivar a agricultura familiar a fim de promover a sucessão familiar do campo, financiamentos, subsídios, orientações por parte do poder público.
- Orientação dos pais junto a escola sobre hábitos alimentares saudáveis e incentivar a fazer horta em casa.

##### **Eixo 2: Desafios e possibilidades na construção da Política Pública**

- Viabilizar e incentivar para que mais produtores do município possam produzir alimentos orgânicos.
- Dar continuidade e melhorar o plano de trabalho municipal de recuperação das nascentes, principalmente no que diz respeito a sua abrangência.
- Reestruturar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para que o mesmo possa atingir não só alimentação escolar, mas também entidades filantrópicas, hospitais e programas e projetos do município.
- Providenciar acompanhamento técnico e mais facilidade ao agricultor para adquirir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).
- Incentivar e viabilizar a piscicultura no município por parte das três esferas de governo.

##### **Eixo 3: A geografia da fome e o desperdício de alimentos**

- Realizar campanha de conscientização do consumidor, principalmente com o público infantil, no que diz respeito a manipulação de alimentos nas gôndolas dos supermercados, com vistas a reduzir os danos aos produtos antes de serem comercializados.
- Realizar orientação aos estabelecimentos varejistas quanto ao destino adequado dos alimentos impróprios para consumo humano e formas de evitar o desperdício.
- Ter cuidado na classificação, transporte e estrutura adequada para armazenamento de alimentos que necessitam de câmara fria, como nas escolas e hospitais e rever o calendário de entrega de alimentos para manter a qualidade do produto.
- Criar Banco de Alimentos, Banca Solidária ou Restaurante Popular com sistema de coleta de alimentos apropriado e que seja destinado às pessoas que necessitam e são vulneráveis, classificadas através de cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.
- Realizar produção de alimentos com qualidade, respeitando o meio ambiente e que sejam livres de produtos químicos.

## 5. DESAFIOS

O Plano Municipal de SAN 2022-2023 foi elaborado utilizando como referência 9 grandes desafios, que possuem correspondência direta com as 8 Diretrizes da Política Nacional de SAN (PNSAN), ou seja:

**Desafio 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional** – Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

**Desafio 2 – Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural** – Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN;

**Desafio 3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica** – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

**Desafio 4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável** – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

**Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável (AAS) da População Brasileira, inclusive com medidas regulatórias** – Corresponde à Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

**Desafio 6 – Promover a Educação Alimentar e Nutricional (EAN)** – Corresponde à Diretriz 3 da PNSAN;

**Desafio 7 – Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação** – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

**Desafio 8- Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural** – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN;

**Desafio 9- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social** – Corresponde às Diretrizes 3 e 8 da PNSAN;

## 6. METAS

As metas que deverão ser alcançadas no âmbito municipal estipulado no período 2022 – 2023 são fruto da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e também de demandas existentes no município. As metas, ações, responsáveis, fonte de recursos e resultados estão descritos nos quadros a seguir:

### Desafio 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional

Meta	Ação	Responsáveis e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Busca ativa de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional para inclusão no Cadastro Único - CADÚnico para possibilidade de acessar o Auxílio Brasil	Realizar visitas domiciliares baseadas no índice de Vulnerabilidade Social do Programa Nossa Gente Paraná	CRAS Saúde Educação	Federal, Estadual Municipal	A inclusão das famílias no Cadastro Único e participação dos programas e serviços sociais
Acompanhar a Atenção Básica pelo menos 80% dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil e adotar estratégias para expansão da cobertura	Capacitar profissionais de saúde e orientar os beneficiários sobre a importância do cumprimento da condicionalidade	Saúde Assistência Social	Municipal	Porcentagem de beneficiários acompanhados
Aderir e dar suporte ao Programa de Compra Direta Paraná, para que o mesmo possa atingir entidades filantrópicas, hospitais e programas assistenciais e projetos do município.	Manter a adesão ao programa e equipe técnica para coordenar a aquisição, seleção e distribuição dos alimentos	Agropecuária Assistência Social Educação Saúde	Federal Estadual Municipal	Número de entidades atendidas
Analisar viabilidade de criar Banco de Alimentos, Banca Solidária ou Restaurante Popular com sistema de coleta de alimentos apropriado e que seja destinado às pessoas que necessitam e são vulneráveis, classificadas através de cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	Realizar levantamento preliminar da viabilidade e criar projeto para manter e fiscalizar os beneficiários	Assistência Social Saúde Agropecuária	Federal Estadual Municipal	Número de possíveis beneficiários
Criar e implantar projeto municipal para doação de kits de alimentos saudáveis aos alunos atendidos pela Saúde e Educação que estejam diagnosticados com risco nutricional.	Implantar o projeto no âmbito municipal, assinar aceite dos responsáveis, traçar as estratégias, conforme faixa etária dos alunos	Assistência Social Educação Saúde	Federal Estadual Municipal	Melhora no estado nutricional dos alunos participantes

**Desafio 2 – Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos – agricultores familiares, indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.**

<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável e Parcerias</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Indicador de resultado</b>
Identificar os grupos e territórios mais vulneráveis em SAN, por meio do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de subsidiar ações coordenadas de SAN	Realizar levantamento para identificar quais os grupos e territórios mais vulneráveis no município	Assistência Social Saúde	Municipal	Diagnóstico descritivo com dados sobre a insegurança alimentar
Busca ativa por formação para combater a insegurança alimentar e produção de alimentos para autoconsumo e comercialização, beneficiando o maior número de pessoas	Realizar oficinas de preparo diversificado de alimentos para estimular a produção e comercialização.	Assistência Social Agropecuária Educação Saúde Parceiros	Municipal Conforme parceria	Nº de projetos implantados Nº de oficinas realizadas e de pessoas capacitadas
Manter formações continuadas com parcerias técnicas	Realizar cursos conforme as necessidades elencadas pelo público-alvo, junto aos sindicatos ou através de mobilizações e/ou visitas as propriedades rurais.	SENAR IDR ADEOP SEBRAE SENAC Parceiros	Municipal Estadual	Nº de pessoas capacitadas

**Desafio 3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica**

<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável e Parcerias</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Indicador de resultado</b>
Buscar recursos e parcerias por parte das secretarias municipais a fim de incentivar a produção sustentável de alimentos saudáveis	Planejar uma agenda de capacitação com os agricultores	SENAR ADEOP Vigilância Sanitária Agropecuária	Municipal Conforme parceria	Aumento na produção e diversificação de alimentos
Incentivar a agricultura familiar a fim de promover a sucessão familiar do campo, financiamentos, subsídios, orientações por parte do poder público	Formações técnicas e incentivo a permanência das famílias no campo Incentivo ao turismo rural Incentivo à agroindustrialização	SENAR ADEOP Vigilância Sanitária Agropecuária IDR COOPRAFA	Municipal Conforme parceria	Aumento no número de famílias no meio rural
Viabilizar e incentivar para que mais produtores do município possam produzir alimentos com base ecológica e orgânicos	Acompanhamento técnico e capacitações	Agropecuária Vigilância Sanitária ADEOP IDR	Municipal Conforme parceria	Aumento de produtores acompanhados e com certificação
Incentivar e viabilizar a piscicultura no município por parte das três esferas de governo	Analisar a viabilidade técnica e econômica do ramo	Agropecuária IDR ADEOP	Municipal	Implantação de piscicultura
Prestar ATER qualificada, direcionada e continuada para no mínimo 50 famílias da agricultura familiar, com prioridade para a produção sustentável	Acompanhamento técnico	Agropecuária IDR ADEOP	Municipal Estadual Itaipu	Manutenção dos agricultores familiares em suas propriedades
Manter um percentual mínimo de 60% da compra de produtos da agricultura familiar com recurso federal para o PNAE Municipal	Em conjunto com as Secretarias e agricultores estabelecer os produtos e quantidades	Educação Agropecuária Vigilância Sanitária e técnicos em ATER	Recurso Federal repassado para Município	Prestação de contas anual
Apoiar as agroindústrias familiares, como forma de estimular a comercialização de produtos legalizados por meio do cooperativismo e associativismo	Incentivar os produtores rurais a formalização de novas e crescimento das agroindústrias já instaladas através de incentivo do PROMAFA (Lei nº. 2977/2013 e suas atualizações)	CODAFA Agropecuária IDR ADEOP Vigilância Sanitária	Municipal conforme parceria.	Número de agroindústrias ativas

Promover cursos e oficinas de capacitação em produção sustentável para técnicos, agricultores e merendeiras e profissionais da educação, em parceria com Universidades e Institutos Estaduais e Federais	Elaborar calendário de capacitação aos atores envolvidos	Agropecuária Educação Itaipu Universidade s Institutos	Municipal Estadual Parceiros	Número de profissionais capacitados
Realizar produção de alimentos com qualidade, respeitando o meio ambiente	Disseminar informações sobre meios de produção sustentáveis	Agropecuária Meio Ambiente Parceiros	Municipal Parceiros	Maior produção e comercialização de alimentos sustentáveis

**Desafio 4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável;**

<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável e Parcerias</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Indicador de resultado</b>
Monitorar a qualidade dos produtos das agroindústrias familiares do município	Coleta de alimentos para análises	Vigilância Sanitária ADAPAR	Saúde Parceiros	Nº de análises realizadas
Informatizar o serviço de inspeção Municipal – SIM	Aquisição de software específico	Agropecuária	Agropecuária	Implantação do software
Promover o incremento de 5%, em cada ano, do total de recursos financeiros a serem transferidos pelo PNAE, referente à aquisição da Agricultura Familiar	Fomentar a produção e acompanhar a diversidade de produtos para inclusão no cardápio escolar	Agropecuária Educação Cooperativas Associações de produtores	Federal	Prestação de contas anual FNDE
Apoiar e monitorar as Feiras de Produtores	Acompanhar, cadastrar e ampliar a Feira do Produtor	Agropecuária Comissão Organizadora da Feira do Produtor	Secretaria de Agropecuária	Feira em funcionamento Aumento no número de feirantes ativos
Realizar a manutenção e verificação constante das condições dos transportes que entregam alimentos perecíveis e equipamentos de refrigeração nas unidades que produzem e distribuem refeições	Manter em boas condições os equipamentos de transporte e armazenamento de alimentos	Educação Vigilância Sanitária Fornecedores	Municipal Estadual Federal Fornecedores	Aumento da vida útil dos alimentos e segurança alimentar

**Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável (AAS) da População Brasileira, inclusive com medidas regulatórias**

<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável e Parcerias</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Indicador de resultado</b>
Conscientização por parte das autoridades municipais da necessidade de mais profissionais técnicos nas áreas de assistência técnica, orientação e fiscalização	Promover a contratação por parte do poder público	Gestão Municipal	Municipal	Aumento no quadro técnico do poder público municipal
Providenciar acompanhamento técnico e mais facilidade ao agricultor para adquirir o CAF (Cadastro da Agricultura Familiar).	Divulgar a legislação e demais informações	IDR Sindicatos	Municipal Parceiros	Divulgação de informação
Orientar os empreendedores rurais a respeito das boas práticas de manipulação de alimentos	Apresentar normatização de BPF nas agroindústrias através de assessoramento individual, cursos, oficinas técnicas	ADEOP IDR Secretarias Agropecuária e Saúde – VISA	Saúde	Número de empreendedores capacitados
Implementação das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade, em ações e estratégias realizadas pela rede de educação, saúde e assistência social	Disseminar informações sobre o Guia Alimentar, promovendo alimentação adequada e saudável à população	Saúde Educação Assistência Social	Saúde Educação Assistência Social	Melhora dos hábitos alimentares da população assistida



<p>Seguir a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 que dispõe sobre as regras de alimentos permitidos e proibidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar</p>	<p>Os cardápios das creches serão planejados e executados conforme novas recomendações, respeitando os micronutrientes prioritários, e proibição a oferta de alimentos ultra processados e adição de açúcar, mel e adoçante para crianças até 3 anos de idade.</p>	<p>Educação</p>	<p>Federal Municipal</p>	<p>Diminuição do cenário epidemiológico de sobrepeso e obesidade infantil</p>
---	--	-----------------	------------------------------	---

## Desafio 6 – Promover a Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Capacitar professores para serem multiplicadores de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	Formação Continuada em EAN	Nutricionistas Professores Universidade s	Municipal	Número de Profissionais capacitados
Inserir no currículo base aulas de educação alimentar e nutricional para conscientização dos alunos a consumirem alimentos saudáveis e de qualidade	Incluir EAN no planejamento pedagógico	Secretaria de Educação e Cultura	Municipal	Melhora nos hábitos alimentares dos estudantes
Planejar e acompanhar o uso de cardápios específicos para as Unidades de Ensino em datas festivas	Elaboração de cardápio diferenciado para as datas festivas com valorização da alimentação saudável e produtos regionais	Educação	Municipal	Aplicação de receitas saudáveis em conformidade com normativa específica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Realizar cursos e oficinas sobre produção, conservação e preparação de alimentos.	Verificar os temas de interesse com a população  Firmar parceria com instituições afins  Planejar cronograma de cursos e oficinas	Agropecuária Assistência Social  SENAR SENAC IDR  Parceiros	Secretarias municipais	Nº de cursos e oficinas realizadas  Nº de pessoas capacitadas
Atividades de conscientização no Dia Mundial da Alimentação	Incluir o Dia Mundial de Alimentação no Calendário de Eventos Municipal	Educação Saúde Agropecuária Meio Ambiente Parceiros	Municipal	Atingir o maior número de municípios
Manter a adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE)	Realizar adesão em cada ciclo, e realizar as ações do programa	Saúde Educação	Municipal Federal	Registro e número de ações realizadas
Orientação dos pais junto a escola sobre hábitos alimentares saudáveis e incentivar a fazer horta em casa.	Campanha Construção de horta modelo	Agropecuária Assistência Social Educação Saúde Meio Ambiente Parceiros	Municipal Parceiros	Implantação

Realizar campanha de conscientização do consumidor, principalmente com o público infantil, no que diz respeito a manipulação de alimentos nas gôndolas dos supermercados, com vistas a reduzir os danos aos produtos antes de serem comercializados.	Campanha	Vigilância Sanitária Educação	Municipal	Número de consumidores orientados
Realizar orientação aos estabelecimentos varejistas quanto ao destino adequado dos alimentos impróprios para consumo humano e formas de evitar o desperdício.	Campanha	Vigilância Sanitária Meio Ambiente	Municipal Parceiros	Número de estabelecimentos orientados
Implantar Horta da Família no PROFAM buscando valorizar as práticas sustentáveis e a educação alimentar e nutricional	Implantação de horta educacional envolvendo público-alvo do PROFAM com foco na sustentabilidade. Ampliar o acesso das famílias a alimentos que priorizem a segurança alimentar.	Assistência Social Meio Ambiente Agropecuária IDR Educação Itaipu	Municipal Estadual	Educação nutricional Maior oferta de alimentos

## Desafio 7 – Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Monitorar a situação alimentar e nutricional dos indivíduos cadastrados no Sistema de Vigilância alimentar e Nutricional (SISVAN)	Cadastrar, acompanhar e orientar os indivíduos cadastrados no programa	Saúde	Municipal	Nª de pessoas monitoradas
Implementação de Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade	Buscar parcerias com instituições governamentais e da sociedade civil	CAISAN Saúde – parceiros diversas instituições governamentais e da sociedade civil	Municipal	Nº de campanhas realizadas e nº de pessoas
Promoção de ações que reduzam a oferta de alimentos ultra processados no PNAE	Fiscalizar a normativa para alimentos consumidos em ambiente escolar	Educação Saúde	Municipal	Redução da aquisição de produtos ultra processados
Organização do cuidado na rede de atenção à saúde voltado às pessoas com necessidades alimentares especiais, por meio da elaboração de marcos normativos e instrumentos técnicos específicos que abordam a terapia nutricional	Normativa para dispensação de fórmulas infantis e dietas especiais	Saúde Assistência Social	Municipal	Acesso igualitário dos usuários do SUS à aquisição das fórmulas e dietas
Adesão a programas e projetos que busquem melhorar o perfil alimentar dos usuários	Adesão e manutenção dos programas: Proteja, Programa Alimenta Brasil e Nossa Gente Paraná	Assistência Social Educação Saúde	Federal Estadual Municipal	Melhora no perfil alimentar e nos índices de vulnerabilidade social

**Desafio 8 – Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural**

<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável e Parcerias</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Indicador de resultado</b>
Dar continuidade e melhorar o plano de trabalho municipal de recuperação das nascentes, principalmente no que diz respeito a sua abrangência.	Estabelecer um cronograma de atendimento às comunidades rurais para orientar na prática o sistema solo cimento	Meio Ambiente Cooperativa LAR	Municipal Parceiros	Nº de minas protegidas Nº de pessoas beneficiadas
Manter e aprimorar o sistema de coleta de material reciclável e realizar orientação sobre destino adequado no lixo orgânico	Manter sistema de coleta seletiva Realizar campanha sobre a coleta seletiva Realizar divulgação do cronograma de coleta de resíduos sólidos	Meio Ambiente Parceiros	Municipal Parceiros	Número de pessoas orientadas

**Desafio 9 – Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social**

<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável e Parcerias</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Indicador de resultado</b>
Divulgar o COMSEA no Município através de eventos, mídias e canais de informação	Estabelecer no COMSEA um cronograma dos eventos do município e agendar participação para divulgação sobre alimentação adequada, desperdício, entre outros	COMSEA	Municipal	Nº de eventos Nº de pessoas orientadas
Criar canal oficial com informações das ações do COMSEA e CAISAN	Manter atualizada a página do COMSEA e CAISAN no site da Prefeitura de Matelândia e redes sociais	COMSEA CAISAN PREFEITURA MUNICIPAL	Municipal	Página criada e atualizada

## **7. SISTEMA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SAN NO MUNICÍPIO**

O monitoramento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional se dará semestralmente nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA, monitorado através do plano aprovado.

## 8. REFERÊNCIAS

DATASUS. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01>

FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>

IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matelandia/panorama>

IDEB / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em:  
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado>

IPARDES. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>

MDS. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/>  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/ri/relatorios/mds/index.php?codigo=411560>

PARADOXO CONSULTORIA LTDA. Diagnóstico Propositivo do Plano de ações para o Desenvolvimento Local do Município de Matelândia/PR. 2019. Porto Alegre. 50p.

PNAE, Resolução n.06/2020. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>

SISVAN. Disponível em  
<http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/relatoriopublico/index>



